

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.726.573 - RS (2018/0043324-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : ANTONIO MARIA DA SILVA
ADVOGADO : IVAN JOSE DAMETTO - RS015608
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ANTONIO MARIA DA SILVA contra decisão de minha lavra, em que neguei provimento ao recurso especial do INSS, com fulcro na desnecessidade de devolução das verbas recebidas por força de antecipação de tutela, haja vista ter sido confirmada pelas instâncias ordinárias e reformada apenas na instância recursal extraordinária, conforme entendimento da Corte Especial nos EREsp 1.086.154/RS (e-STJ fls. 723/726).

Sustenta o embargante ser a decisão omissa quanto à condenação na verba honorária prevista no art. 85, §§ 1º e 11, do Código de Processo Civil/2015. Requer, assim, que seja suprida a omissão, a fim de que o INSS seja condenado ao pagamento de honorários recursais, pela sua sucumbência, na razão de 10% do valor da causa dos Embargos à execução, majorando a verba já fixada anteriormente durante o trâmite da ação.

Intimada, a parte embargada não formulou impugnação (e-STJ fl. 735).

Passo a decidir.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são admitidos embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão e erro material na decisão. *In casu*, assiste razão ao embargante.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC de 2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

O apelo nobre, de fato, foi interposto sob a vigência no Código de Processo Civil/2015, motivo pelo qual o desprovimento do recurso acarreta a majoração dos honorários recursais, previstos no art. 85, §§ 1º e 11, do CPC/2015.

Nesse sentido foi redigido o Enunciado 7 do STJ, que é do seguinte teor: "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do CPC/15."

Assim, a decisão embargada deve ser aclarada, a fim de que conste, de sua parte dispositiva, a aplicação do § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil/2015, a qual passará a conter a seguinte redação:

Superior Tribunal de Justiça

Nos moldes do art. 85, § 11, c/c o art. 98, § 1º, VI, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, deve ser fixada a verba honorária recursal, inclusive ao beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Ante o exposto, em juízo de retratação e com base no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, NEGO PROVIMENTO ao recurso especial da autarquia. Majoro os honorários recursais em 10% sobre o valor já fixado na origem, respeitados os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos de declaração nos termos da fundamentação supra.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA
Relator

